



Intervenção de abertura de S. Exa. a Vice-Ministra da Educação e Cultura

7.ª Conferência FORGES (Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa) - 29 de novembro de 2017

“A Gestão do Ensino Superior e o Desenvolvimento dos Países e Regiões de Língua Portuguesa: Desafios Globais, Experiências Nacionais e Respostas Institucionais”

Sua Excelência Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Ensino Técnico Profissional

Sua Excelência Secretário de Estado do Ensino Superior de Angola

Magnífico Reitor da Universidade Eduardo Mondlane

Magníficos Reitores de outras Universidades aqui presentes

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim uma honra participar na 7.ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, no âmbito das minhas funções de Vice-Ministra da Educação e Cultura da República Democrática de Timor-Leste.

É ainda um privilégio poder partilhar, ainda que de forma breve, a evolução do Setor da Educação em Timor-Leste, nomeadamente na área do Ensino Superior, apresentando os dados da situação atual, os desafios existentes e as perspetivas futuras.

Esta Conferência, organizada por cinco instituições do Ensino Superior de Moçambique, apresenta-se como uma enorme oportunidade para que os participantes possam partilhar experiências e discutir soluções e consensos que estimulem o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique e nos Estados membros da CPLP.



***Excelências,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,***

Timor-Leste ainda é uma jovem Nação, com apenas 15 anos desde a restauração da sua independência.

Felizmente, o nosso País vive, atualmente, em clima de paz e segurança, o que nos permite focar os nossos esforços no desenvolvimento e no combate à pobreza.

Estamos focados na implementação de um modelo sustentável e inclusivo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que consolidamos as nossas instituições e promovemos a participação das novas gerações.

Em 2011, Timor-Leste elaborou e aprovou o Plano Estratégico de Desenvolvimento, que estabelece uma orientação para possibilitar um desenvolvimento inclusivo e sustentável, assente em três áreas fundamentais: Capital Social, Desenvolvimento de Infraestruturas e Desenvolvimento Económico.

Este Plano Estratégico estabelece, de forma concreta, as estratégias e as ações, a curto, médio e longo prazo, para reduzir a pobreza, para promover o crescimento económico justo e para assegurar a boa qualidade da educação, da saúde e do bem-estar a todos os cidadãos.

É de realçar que o Plano Estratégico está atualmente a ser alvo de uma reavaliação para ajustar as metas e as ações às atuais condições económicas e sociais do País.



A Educação e a Formação são consideradas prioritárias para a melhoria das oportunidades de vida do nosso povo e para o crescimento e desenvolvimento económico do nosso País.

A nossa visão é de que todas as crianças devem ir à escola e receber uma educação de qualidade que lhes dê os conhecimentos e as qualificações para que tenham vidas saudáveis e produtivas e contribuam ativamente no desenvolvimento da Nação.

A nossa Lei de Bases da Educação estabelece que os alunos têm de concluir o Ensino Básico, sendo este obrigatório e gratuito.

Por essa razão, pretendemos que o investimento na educação seja transversal, a todos os níveis de ensino e a todos os sectores sociais, incluindo uma atenção específica aos grupos mais frágeis e socialmente marginalizados, de forma a que nenhuma criança seja esquecida.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O acesso da população timorense aos níveis mais elevados de educação foi extremamente limitado ao longo do período colonial e durante o período de ocupação indonésia.

Em contraste, desde a restauração da independência, oficializada no dia 20 de Maio de 2002, registou-se um aumento muito acentuado da procura e da oferta de ensino superior, particularmente a partir de 2008.



O número total de estudantes no ensino superior passou de cerca de 5.000, em 2001, para 65.000 em 2017, correspondendo a um aumento médio anual de 3.750 alunos.

Este aumento é, por si só, um enorme desafio, para qualquer País do mundo, muito mais para nós que, por sermos uma jovem Nação, ainda não possuímos recursos humanos e infraestruturas com a qualidade desejada.

Como reflexo do aumento da procura por parte dos alunos, o número de instituições também aumentou significativamente. De 3 instituições, em 2002, passamos, em 2017, a ter 16 instituições de ensino superior em funcionamento.

O aumento da procura e da oferta deveu-se a diversos fatores, nomeadamente à melhoria das taxas de acesso e conclusão do ensino secundário, à existência de paz, segurança e estabilidade social e ao reforço de infraestruturas por parte dos estabelecimentos de ensino superior existentes.

Atualmente, cerca de 97% dos estudantes de ensino superior estão concentrados em Díli, existindo apenas três instituições sediadas fora de Díli.

Temos consciência que o País precisa de descentralizar a oferta de ensino superior, de forma a que possamos reduzir o êxodo rural e a migração para a capital e consigamos mitigar os problemas resultantes dessa migração, como por exemplo o crescimento urbano desordenado, o aumento do risco de criminalidade juvenil e a desagregação das famílias e das comunidades.

Contudo, a concretização desta descentralização ainda é um enorme desafio, pois os recursos humanos alocados às instituições de ensino superior são limitados em número e em qualidade.



A nível do corpo docente, as instituições de ensino superior nacionais contam com cerca de 1.950 professores, dos quais apenas 2% são doutorados, 40% mestres, 56% licenciados, sendo que ainda temos 1% de docentes com habilitações académicas inferiores à licenciatura.

Constata-se, portanto, que a maioria dos docentes são licenciados. Neste contexto, a capacitação dos docentes deve realizar-se, prioritariamente, por meio da sua qualificação académica, através da realização de programas de pós-graduação.

O acesso aos programas de mestrado e doutoramento em instituições de grande credibilidade e reconhecimento, permitem contactar e trazer para Timor-Leste a Ciência moderna e os princípios metodológicos e pedagógicos em vigor a nível internacional.

Os diversos Governos têm, pois, disponibilizado orçamento para que a Universidade Nacional Timor Lorosa'e e algumas das instituições privadas enviem ciclicamente docentes para instituições congéneres em países de Língua Portuguesa para prossecução de estudos académicos.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Timor-Leste está também empenhado **em garantir a qualidade** do Ensino Superior, razão pela qual estabeleceu, em 2010, a Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, denominada por ANAAA.

É uma instituição científica e pedagogicamente independente, que assume a responsabilidade pelos procedimentos de garantia da qualidade, baseada em



padrões internacionais, nomeadamente os de avaliação e de acreditação e o respeito pelo Quadro de Qualificações Nacionais de Timor-Leste.

Esta Agência ainda necessita de ser reforçada para que possa cumprir com as responsabilidades que lhe estão cometidas.

Até 2016, a ANAAA só teve capacidade para implementar processos de avaliação institucional, centrados em parâmetros que procuram aferir o cumprimento de padrões mínimos para funcionamento das instituições, mas sem aprofundar a avaliação da relevância, adequação e qualidade dos currículos dos programas académicos.

Entretanto, já se iniciaram os processos de avaliação programática que, gradualmente, irão abranger todos os programas de ensino superior a funcionar em Timor-Leste. Esta avaliação programática tem maior incidência em critérios como o currículo, os resultados de aprendizagem esperados, os outputs, a ligação à pesquisa, e, inclusivamente, a satisfação dos agentes externos.

Outro aspeto que nos preocupa, relaciona-se com a ligação do ensino superior ao mercado de trabalho.

Por esta razão, Timor-Leste encontra-se a diversificar a oferta de ensino superior, designadamente por meio de uma maior aposta no ensino superior técnico.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 prevê o estabelecimento de instituições de ensino superior técnico alinhadas com as grandes áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconómico de Timor-Leste: Engenharia, incluindo energias e petróleo, Agricultura, Pescas e Turismo.



A concretização deste plano tem sido morosa, devido à elevada complexidade técnica e ao avultado investimento financeiro decorrentes do estabelecimento de ensino superior técnico.

Apenas no presente ano, foi possível inaugurar o primeiro instituto superior técnico em Timor-Leste, o Instituto Politécnico de Betano (IPB), localizado na costa sul do País.

Este Instituto disponibiliza cursos superiores técnicos, nas áreas de engenharia e agricultura, através de currículos centrados na aquisição de competências, tendo em vista a formação de quadros técnicos especializados para as empresas e a promoção do empreendedorismo em áreas estratégicas.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Timor-Leste ainda tem um longo caminho a percorrer para que o seu Ensino Superior responda às necessidades de desenvolvimento e prepare recursos humanos qualificados que possibilitem que o nosso País possa competir a nível regional e internacional.

Os desafios existentes foram ainda recentemente confirmados, através da realização do 3.º Congresso Nacional da Educação de Timor-Leste, que contou com mais de 600 participantes nacionais do setor da educação e de diversos quadrantes da sociedade civil e dos partidos políticos e contou também com diversos oradores nacionais e internacionais, especialmente de países da CPLP.



Para que possamos enfrentar esses desafios, precisamos de reforçar a cooperação internacional no âmbito do ensino superior, nas componentes da qualificação dos docentes, da elaboração de currículos, do desenvolvimento de pesquisa e da consolidação do uso da Língua Portuguesa.

Nesse sentido, o Ministério da Educação e Cultura tem procurado estabelecer parcerias, cooperações e sinergias diretamente com governos, instituições, agências e organismos públicos de outros países, nomeadamente da CPLP.

Portugal e o Brasil têm sido os países com quem temos privilegiado a nossa cooperação, sendo que, recentemente, foram estabelecidos novos acordos e foi reforçada a implementação de acordos já existentes com os Governos e organismos públicos de Moçambique e Cabo-Verde.

No caso específico de Moçambique, destaco os acordos com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional e com a Universidade Eduardo Mondlane, assinados em 2016.

Gostava de aproveitar esta oportunidade para deixar uma palavra de agradecimento ao Reitor da Universidade Eduardo Mondlane pelo apoio que tem concedido na formação dos estudantes timorenses.

Esta instituição já disponibilizou 21 bolsas de estudo, em cofinanciamento, a estudantes timorenses em áreas como Engenharia, Contabilidade, Informática, Direito, Administração Pública e Jornalismo, entre outras.

A deslocação de estudantes timorenses para outros países, nomeadamente da CPLP, é um aspeto que ainda precisa de ser melhorado para garantirmos o sucesso do investimento.



A necessidade de um bom enquadramento e acompanhamento dos estudantes nos países de acolhimento, nomeadamente na adaptação à cultura e ao modo de vida desses países irmãos, são fatores importantes, não só para o sucesso individual dos estudantes, mas também para o reforço das relações de amizade entre os povos, uma vez que esses estudantes irão transportar para Timor-Leste parte da cultura que adquiriram durante a sua experiência.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como já referi, Timor-Leste reconhece que o caminho ainda é longo para atingir a meta da qualidade do Ensino Superior.

Contudo, temos consciência que este nível de ensino é fundamental para promover a pesquisa e a criação de conhecimento que alimenta a inovação e o crescimento económico.

É precisamente em contextos como o do nosso País, onde nos debatemos com recursos limitados, que devemos investir de forma eficiente, com visão de futuro, apostando na produção de conhecimento. Porque só o conhecimento nos fará avançar.

Os países mais desenvolvidos provam isso. Estes países construíram o seu caminho investindo em educação, ciência e tecnologia, inovando, e aplicando o progresso tecnológico e os avanços científicos aos diferentes setores económicos.

Devemos apostar na pesquisa e na investigação científica, mas que, por si só, não são sinónimo de desenvolvimento. Há que saber colocar a Educação e a Ciência ao serviço dos valores humanos.



Há que saber utilizar os conhecimentos e os progressos técnicos e científicos, para resolver os problemas das sociedades atuais, em prol do bem-estar social, do desenvolvimento humano.

Por isso, esta Conferência é um bom contributo para que, em conjunto, se possa refletir sobre quais as estratégias e as ações necessárias ao desenvolvimento do sector da educação dos diversos países da CPLP.

Gostava de concluir a minha intervenção, agradecendo, mais uma vez, o convite que me foi endereçado para estar presente nesta Conferência.

Finalmente, deixo um apelo aos países da CPLP para que possam encontrar estratégias e redes de comunicação para a partilha de experiências e de conhecimento, com o objetivo de construirmos uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que, efetivamente, se apoie e se desenvolva, como um todo, assente em princípios da transparência, abertura e diálogo.

Muito obrigada.

Lurdes Bessa

Vice-Ministra da Educação e Cultura da RDTL